

OS ADOLESCENTES EGRESSOS DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM SALVADOR: UMA ANÁLISE DOS JOVENS ATENDIDOS PELA FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FUNDAC

Autora: Thaisa da Silva Ferreira. Coautor: Luiz Cláudio Lourenço – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
thaisafferreira@gmail.com - luiz.lourenco@uol.com.br
Bolsa Financiadora: CAPES
Sessão de trabalho: Justiça, democracia e seletividade

RESUMO

Palavras chaves: Juventude - Violência – Medidas socioeducativas

Essa pesquisa pretende analisar como vivem atualmente os adolescentes egressos das medidas socioeducativas na cidade de Salvador. Para tanto, iniciamos o trabalho de campo com os operadores da coordenação de apoio à família e ao egresso – CAFE, órgão administrado pela Fundação da Criança e do Adolescente – FUNDAC. O objetivo principal da pesquisa é verificar quais são as condições, possibilidades e conflitos que permeiam a execução (ou não execução) das medidas protetivas depois que o jovem conclui a medida socioeducativa. Os pesquisadores optaram por utilizar a metodologia qualitativa com observação participativa. Foi percebido no campo que os jovens depois de cumprirem a medida socioeducativa e retornarem para o local de origem tendem a enfrentar dificuldades econômicas e sociais ainda maiores do que antes da medida socioeducativa.

Introdução

O interesse em fazermos uma pesquisa sobre adolescentes egressos foi a partir da percepção que na cidade de Salvador a violência praticada contra os jovens, principalmente pobres e negros, é algo corrente e, até certo ponto, naturalizado por parte da população. Para ilustrar essa situação podemos partir dos índices de letalidade juvenil. Esses números cresceram nos últimos dez anos no estado da Bahia. É verdade que o índice de letalidade juvenil cresceu e cresce em todo o Brasil, mas o estado da Bahia e o município de Salvador, tiveram os índices mais elevados em relação a outros municípios do país. No ano de 2001 Salvador ocupava o 23 lugar e no ano de 2011 passou para o 4 lugar, segundo apontou Waiselfisz (2013), em pesquisa nacional intitulada Mapa da Violência.

Nesse aspecto, a partir do rápido crescimento desse tipo de violência, a pesquisa foi elaborada pelos pesquisadores a partir da observação dos jovens atendidos pela FUNDAC e também pelos relatos dos profissionais que atendem esses mesmos jovens. Esses relatos apontaram que os jovens em medida socioeducativa ao sair da instituição permaneciam vulneráveis e, segundo os profissionais, esses também poderiam ser os mesmos jovens vítimas de homicídios.

Por isso iniciamos o campo com os profissionais da Fundac, mais precisamente com a Coordenadoria de Atendimento a Família e ao Egresso, pois foi desse núcleo que surgiram relatos apontando que os adolescentes vítimas de homicídio em Salvador tinham endereço, classe e raça, assim como os adolescentes institucionalizados, isto é, esses indivíduos parecem ser “quase” que selecionados.

A pesquisa ainda está em desenvolvimento na metodologia e no debate teórico, contudo, já conseguimos captar importantes questões, como por exemplo, verificar quais são as reais condições e possibilidades que o jovem egresso vai encontrar ao retornar ao seu local de moradia.

Por outro lado, também pretendemos explorar o conjunto de situações que podem vir a deixar esses jovens ainda mais fragilizados depois de ter concluído a medida socioeducativa sem deixar de problematizar a realidade que o jovem vivenciou e voltará a vivenciar. E por último verificar se realmente existe um ponto de intersecção entre a vulnerabilidade pós-medida socioeducativa e a violência letal juvenil.

Os jovens, a instituição, a vulnerabilidade e (talvez) a morte

No contexto em que a Bahia é apresentada a todo o Brasil, e possivelmente ao mundo, como um lugar de pessoas alegres e hospitaleiras e ainda quando consideramos que Salvador é uma das cidades preferidas por turistas brasileiros e estrangeiros fica difícil associar esse cenário a situação de violência que vivem parte dos jovens dessa cidade.

Dessa forma, estamos entendendo que o conceito de juventude deve ser compreendido em conexão com o universo cultural, político, social e econômico no qual cada indivíduo está inserido. A importância dessas complexidades tem que ser considerada na passagem do jovem para idade adulta, assim como, o tipo de vivências e das alternativas de vida que é alcançada por cada um, pois os jovens vivem uma consequente incerteza quanto ao próprio destino pessoal.

Pesquisas indicam que parte dos adolescentes atendidos em unidades de medidas socioeducativas são jovens, homens, pobres, negros e pardos, que vivem em bairros com equipamentos e serviços públicos precários, em regiões periféricas e possuem baixa escolaridade. E em alguns casos isso também pode (ou não) se tornar um atrativo no envolvimento com o tráfico para muitos desses jovens. (UNICEF,2011; ADORNO,1999; ABRAMOVAY,2002; RIZZINE,2006).

A partir desses dados estatísticos fomos em busca dos profissionais que atuam nessa instituição e também dos profissionais que fazem parte do universo dos jovens atendidos nesses espaços, como por exemplo; juízes da vara da infância, defensores públicos e conselheiros tutelares. Tais profissionais orbitam cotidianamente a FUNDAC.

A FUNDAC foi criada através da Lei 6.074 em 1991, logo depois das novas diretrizes apontada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA¹, atualmente está vinculada à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e de Combate à Pobreza (Sedes), entretanto, é uma fundação com personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, patrimônio próprio, com sede na cidade de Salvador e jurisdição em todo território do Estado.

A Fundação atende anualmente mais de dois mil adolescentes em medidas socioeducativas em duas modalidades; o semiaberto e a internação em meio fechado. No semiaberto são cinco unidades em todo o estado da Bahia e essas estão localizadas nos municípios de Vitória da Conquista, Juazeiro, Feira de Santana, Teixeira de Freitas e Salvador. Na modalidade de internação em meio fechado também são cinco unidades; duas em Salvador, duas em Feira de Santana e uma em Camaçari, contudo a quantidade de adolescentes recebidos por todo o Estado da Bahia é grande e atualmente tais unidades atendem além da sua capacidade máxima.

Nos últimos cinco anos, segundo coordenadores da FUNDAC apontaram, os índices de encarceramento juvenil na Bahia cresceram. No município de Salvador no ano de 2009 foram 309 jovens internados, em 2011 foram 356 e em 2013 foram 480 jovens internados somente em medidas de privação de liberdade. A maioria desses jovens cumprem medidas, principalmente, devido às infrações de roubo e furto e uma minoria por latrocínio e homicídio.

¹ O estatuto regulamentou os artigos 227 e 228 da Constituição Federal de 1988 incorporando a doutrina da proteção integral de forma a reconhecer as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos, superando o antigo Código de Menores de 1979.

Por outro lado, também foi apontado pelos coordenadores que, o número de reincidência desses jovens que cumprem medidas socioeducativas em meio fechado são relativamente baixo, ou seja, os adolescentes não voltam a cumprir medidas em quantidade relevante nas unidades. Mas se os jovens não reincidem nas unidades, será que eles retomam suas vidas de forma a não mais cometerem nenhuma infração?

A partir de relatos dos profissionais identificamos que tanto o jovem que cumpre medida socioeducativa, quanto o jovem vítima de homicídio, ambos fazem parte de um grupo com características semelhantes; homens jovens, pobres, negros e pardos que moram com suas famílias de forma precária em bairros periféricos. Mas o que essas características podem nos dizer? Cabe nos perguntar então, porque esses dois índices, tanto o de encarceramento quanto o de homicídio juvenil, cresce para um público específico.

Nesse sentido, a pesquisa inicialmente primou por pesquisar o perfil dos adolescentes egressos atendidos pela Coordenação de Apoio à Família e ao Egresso – CAFE. Essa coordenadoria é um departamento dentro da FUNDAC que tem como proposta pedagógica prestar atendimento ao adolescente e sua família durante e depois da medida socioeducativa, ou seja, atende a família enquanto o adolescente está internado e depois o adolescente quando retorna ao seu local de origem. Segundo nos foi informado, pelos operadores da CAFE, o trabalho dessa coordenadoria é dar continuidade ao Plano Individual de Atendimento, o PIA², esse plano é iniciado pelos profissionais que recebem o adolescente assim que ele chega à instituição.

É através desse plano que os operadores da CAFE orientam o jovem e sua família para a retomada de suas atividades cotidianas, visando suas capacidades e limitações, esses profissionais através da rede local verificam as possibilidades oferecidas no entorno da moradia, assim como, a possibilidade de inserção escolar e a qualificação profissional. O atendimento ao egresso é opcional e é oferecido a partir do sexto mês de internação e é nesse momento que sua família começa a ser acompanhada.

No mês de setembro a FUNDAC contabilizava em torno de 390 adolescentes nas unidades de internação e a CAFE estava com aproximadamente 90 adolescentes cadastrados (entre os internos e os já egressos). Desse universo a coordenadoria atendia 20 adolescentes com seus familiares. Esse pequeno número de atendimento é esperado

² O Plano Individual de Atendimento - PIA é um instrumento de trabalho para as equipes que atuam com adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. Ele é um plano “elaborado” no papel e executado junto ao adolescente e seus familiares. É o adolescente que coloca suas possibilidades, metas, prioridades e prazos pra cumpri-las.

pelos profissionais, pois é certo que, muitos jovens não querem retornar a instituição depois de ter cumprido sua medida.

A partir das entrevistas e da observação direta foi percebido pelos pesquisadores que existe uma certa dificuldade de articulação entre a FUNDAC e a rede de serviços públicos e privados, pois é essa a rede que segundo os profissionais teria que possibilitar na inserção do jovem na sua comunidade, ou seja, na retomada da escola, na possibilidade de curso de capacitação para o trabalho, na oferta de vagas de trabalho, praticas de esporte e acesso ao lazer e etc. Essas atividades, segundo a CAFE seriam necessárias para possivelmente gerar a autonomia no adolescente egresso. Contudo, essas dificuldades de acesso são as mesmas dificuldades de acesso que esse jovem talvez tenha tido anteriormente. Isto pode significar que o jovem quando retorna ao seu local de origem retome a mesma realidade vivida antes da medida.

Nesse sentido, estamos levando em conta que essa “realidade vivida” anteriormente como um suposto problema para o adolescente é em grande medida subjetiva, pois o que para muitos jovens é uma violência, para outros não é violência. O que de fato leva os jovens a se envolverem com crime, violência e tráfico não será o foco dessa pesquisa, pois na verdade o que nos interessa é saber como os jovens vivem depois da medida socioeducativa e se o discurso que a vulnerabilidade dele de fato aumentaria levando-o ao óbito.

Nos primeiros contatos e nas primeiras entrevistas com os profissionais no campo foi perceptível que o paradeiro desses adolescentes atendidos muitas vezes ficam como desconhecido, até porque parte dos adolescentes são originários de outros estados da Bahia, entretanto, entre aqueles que são originários de Salvador, parte desses ao finalizarem a medida socioeducativa não dão continuidade as atividades (escolares, sociais, culturais, profissionais e etc.) ofertadas pela CAFE.

Entretanto, sobre essa recusa dos adolescentes ao que é ofertado, nos pareceu que é uma problemática muito maior do que só uma questão da localização dos serviços da coordenadoria, percebemos que além desses fatores existe um desencontro entre as opções ofertadas e o que o jovem apresenta ser possível ou até ser prazeroso para ele fazer. Nesse sentido, um fato relevante é o retorno desse adolescente a escola. O retorno a escola é uma questão bastante problematizada na fala dos profissionais que entrevistamos, pois eles relataram que o adolescente egresso encontra dificuldade em conseguir ser matriculado e a justificativa da escola é que não tem preparo para atender e manter esse adolescente, em geral a escola demonstra muita resistência e nos casos

das escolas que aceitam criam um certo estigma com o jovem. As famílias que foram possível observarmos nos encontros oferecidos pela CAFE apresentavam uma grande apatia ao que estava sendo apresentado e no limite pareciam estar ali aguardando a entrega da cesta básica. Entretanto, a dinâmica oferecida pelos profissionais do CAFE talvez precise ser revista e melhorada no conteúdo pedagógico.

Os profissionais que são responsáveis pela visita domiciliar apontaram que os bairros de moradia desses jovens são muitas vezes um amontoado de casas construídas por blocos e inacabadas, esgoto a céu aberto, ruas que quando asfaltadas apresentam imensas poças de água parada e poucos ou nenhum equipamento de lazer ou esporte. E de fato essa descrição se aproxima da realidade de muitos locais de Salvador, contudo ainda não sabemos até que ponto as questões econômicas são únicas ou preponderantes e que, seja isso de fato que leve o adolescente a se envolver ou ser envolvido em situações que o levem a se tornar vítima de homicídios.

Percurso metodológico

A proposta de pesquisar como vivem atualmente os adolescentes egressos das medidas socioeducativas na cidade de Salvador nos colocou algumas dificuldades na escolha da metodologia. Principalmente porque foi identificado no campo uma fragilidade na participação desse jovem e a coordenadoria de atendimento. Entretanto, esta é uma pesquisa que ainda se encontra em andamento e o método pode sofrer alterações com o campo. Inicialmente os pesquisadores optaram por uma metodologia qualitativa, contudo, sempre que for necessário utilizaremos o banco de dados da Fundac para sustentar informações que surgirem no campo.

Inicialmente utilizamos da observação direta e de entrevistas com os profissionais que atendem adolescente para ter uma perceptiva mais refinada do perfil do adolescente ali atendido. A partir das primeiras entrevistas aplicamos a metodologia do tipo “*amostra snowball*” para conseguir falar com outros profissionais que trabalham com programas de políticas protetivas para os adolescentes em Salvador.

A amostra *snowball* é um tipo de amostra intencional em que o investigador escolhe um grupo inicial de indivíduos e pede-lhes o nome de outros indivíduos pertencentes à mesma população. A amostra vai crescendo assim como uma bola de neve à medida em que novos indivíduos são indicados ao investigador.

A escolha por este método está considerando que os indivíduos tendem a indicar indivíduos que compartilham das mesmas opiniões e talvez das mesmas trajetórias de vida e isso pode causar aspectos enviesados nos resultados da pesquisa, contudo, tal método é bastante utilizado por pesquisadores que pretendem estudar pequenos grupos sem que a metodologia afete o resultado final. Com este método, foi possível receber informações de profissionais como, por exemplo, educadores sociais, psicólogos, assistentes sociais e conselheiros tutelares.

A escolha da observação participante no local do atendimento (me refiro a CAFE) e das entrevistas com os profissionais nos espaços que os adolescentes egressos são atendidos é no intuito de detectarmos, a partir do discurso dos operadores, como vivem os adolescentes e verificar quais são as condições, possibilidades e conflitos que permeiam a execução ou não execução das medidas protetivas depois que o jovem conclui a medida socioeducativa.

Para tanto, também iremos utilizar a teoria fundamentada nos dados, pois essa teoria nos ajudará a compreender a realidade pesquisada. Tanto para os jovens egressos, quanto para os operadores do sistema a teoria fundamentada será uma guia para entender e compreender a realidade a partir do conhecimento da percepção ou significado que certo contexto ou objeto tem para a pessoa. Esse referencial teórico capacitará os pesquisadores para desenvolver teorias sociológicas sobre o mundo da vida dos indivíduos, uma vez que alcança significação, compatibilidade entre teoria e observação, capacidade de generalização e reprodutibilidade, precisão, rigor e verificação (CHARMAZ, 2009).

Esse referencial trabalha com conceito de amostragem teórica que se refere à possibilidade de o pesquisador buscar seus dados em locais ou através do depoimento de pessoas que indicam deter conhecimento acerca da realidade a ser estudada. Assim, pode-se realizar pesquisas em mais de um campo de coleta de dados onde, mediante a interação e observação com demais profissionais, haja a possibilidade de coleta de dados. Ou, ainda, pode haver reestruturação dos instrumentos, com mudança no foco das perguntas. Pois tal método é circular, isto é, permite ao pesquisador mudar o foco de atenção e buscar outras direções, reveladas pelos dados que vão entrando em cena.

Hipóteses

Sendo assim, uma das hipóteses dessa pesquisa é que, possivelmente, parte dos adolescentes egressos ao retornarem para seus locais de origem fiquem igualmente

vulneráveis quanto antes da medida socioeducativa. Pois ao retornar para o local de moradia, o jovem terá que lidar com a estigmatização de ser um egresso, terá que lidar com a dificuldade da escola em recebe-lo, reencontrar os mesmos colegas e que muitas vezes estavam envolvidos com ele no momento do ato infracional e todas tantas situações que vão a todo momento pressionar o jovem a fazer escolhas. Isto significa dizer que, nessa primeira hipótese a instituição deixou o adolescente mais vulnerável e mais exposto que anteriormente, e nesse caso as medidas protetivas não estariam sendo validas.

A segunda hipótese seria que os jovens egressos ao retornar para o seu local de moradia, considerando todas as problemáticas citadas acima, continuariam vulneráveis a ponto de serem envolvidos em situações que os levassem a óbito.

Fundamentação teórica

Se considerarmos as pesquisas já realizadas sobre o encarceramento juvenil (UNICEF,2011;ABRAMOVAY,2001;RIZZINE,2006), podemos nos apoiar nas teorias de Zigmun Bauman (2005), principalmente no seu conceito de “*refugo*” ou o “*ser redundante*”. O ser redundante é aquele considerado desnecessário pela sociedade e pelo estado, isto é, o individuo que foi *descartado* ou *dispensado*.

Se for verdade que esses jovens e suas famílias apresentam características econômico-sociais semelhantes, então é possível dizer que eles (jovens e famílias) estão dentro do que Bauman (Idem) indica como um “*problema financeiro*”. Um problema financeiro que o estado não pretende resolver, o autor aponta que; *eles precisam ser providos – alimentadas, calçadas e abrigadas – não sobreviveriam por si mesmo*. Contudo, e ao mesmo tempo, essas pessoas estão também “inseridas” segundo o autor em mundo de consumo, ou seja, elas são um “*gasto*” constante e não conseguem consumir quanto o estado e o mercado esperam que elas consumam e por isso são redundantes e consideradas desnecessárias para a sociedade.

Nessa perspectiva, o autor Loic Wacquant (2008), define os guetos como “*instituições já antigas e que serviam de separação territorial para casta ou classe*”, entretanto, o novo gueto não é somente um reservatório da mão de obra, mas para além do reservatório, a sociedade ali existente não tem uso econômico nem político. Se pensarmos sobre onde nasceram e como moram esses jovens atendidos pela FUNDAC - com ressalvas entre a cidade de salvador e a cidade de Nova York, é claro - podemos

fazer uma análise a partir do que este autor aponta em relação ao gueto como espaços que marcam seus moradores e os espaços vivenciados pelos jovens egressos na cidade de Salvador. Para ele a estigmatização territorial caracteriza a marginalidade urbana, são elas que produzem os guetos e a carga simbólica que pesa sobre esses locais distorcendo e distendendo as relações sociais cotidianas.

Contudo, se por um lado Bauman e Wacquant apontam para uma segregação de determinados grupos dentro da nossa sociedade por questões econômicas e raciais, por outro espectro de discussão Giorgio Agamben, filósofo italiano, relaciona a existência de alguns grupos sociais com o conceito de *Homo-Saucer*, esse uma categoria do direito romano antigo. Para Agamben (2010), a vida de um *homo-saucer* é desprovida de valor, seja na perspectiva humana ou na divina, como teria sido na idade média, nesse aspecto, matar um *homo-saucer* não é um delito passível de punição, pois essa vida é privada de significação humana e divina que só a lei pode conferir, no limite, a vida do *homo-saucer* é inútil. O autor afirma ainda que, toda a sociedade (mesmo as mais modernas) decide quais são os seus *homens sacros*, e é nessa afirmação que estamos entendendo os egressos e suas famílias.

O conceito da vida sem valor ou indigna de ser vivida, a partir do conceito de *homo-saucer* aplica-se antes de tudo aos indivíduos que devem ser considerados “*incuravelmente perdidos*”. Nesse caso o autor se refere aos doentes sem cura, mas é possível que essa prerrogativa seja alcançada para os jovens que trataremos nessa pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam et al. Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas, Brasília, UNESCO, BID, 2002.
- ADORNO, Sergio, et al. O adolescente na criminalidade urbana em SP. Brasília; ministério da justiça, secretaria de estado dos direitos humanos, 1999.
- ADORNO, Sergio. A experiência precoce da punição. In: MARTINS, J. **A criança sem infância no Brasil**. Ed. Hucitec, São Paulo, 1993, p.181-208.
- AGAMBEN, Giorgio. Homo Sacer: o poder do soberano e a vida nua I. 2 ed., Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010.
- BAUMAN, Zigmunt. Vidas despedaçadas, Rio de Janeiro, Zahar, 2005.
- BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. 2006. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/sedh/ct/spdca/sinase/Sinase.pdf>> Acesso em: 20 jul. 2014.
- CHARMAZ, K. A construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa. Porto Alegre: Artmed; 2009. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?hl=pt>> Acesso em: 08.09.2014.
- CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. Direitos Humanos: Relatório da Inspeção nacional às unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei. 2006.
- DONZELOT, Jacques. A Polícia das famílias, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.
- RIZZINI, Irene, et al. O adolescente em contexto, 2008. Disponível em: <http://www.ciespi.org.br/publicacoes/artigos?start=15> Acesso em: 15 nov.2013.
- SILVA, Enid; ANDRADE, Simone. Adolescentes em conflito com a lei: situação do atendimento institucional no Brasil, Textos para discussão IPEA, Brasília, agosto de 2003.
- UNICEF. O direito de ser adolescente: Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades, Fundo das Nações Unidas para a Infância. – Brasília, DF : UNICEF, 2011.
- _____. Situação da adolescência Brasileira 2011: A proteção dos adolescentes em conflito com a lei,/ Fundo das Nações Unidas para a Infância. – Brasília, DF : UNICEF, 2011, pag. 12.
- _____. Prevenção à violência e redução de homicídios de adolescentes e jovens no Brasil, Rio de Janeiro, Observatório de Favelas, 2011.
- WACQUANT, Loic. As duas faces do gueto, São Paulo, Boitempo, 2008.
- WASELFISZ, Júlio. Mapa da violência 2013: Homicídio e juventude no Brasil. São Paulo: CEBELA, 2013.